



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 818/11

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor Jayme Canet Junior.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Jayme Canet Junior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 861/11

Institui o mês "Agosto Azul", dedicado ao desenvolvimento de ações que visem à integralidade da saúde do homem.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o mês "Agosto Azul", a ser celebrado anualmente no mês de agosto, dedicado à realização de ações preventivas à integralidade da saúde do homem.

Art. 2º Fica instituído como símbolo do mês "Agosto Azul" uma gravata borboleta na cor azul.

Art. 3º No mês "Agosto Azul" o Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e com entidades civis, realizará campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde do homem, priorizando:

- I - cardiologia;
- II - urologia - câncer de próstata;
- III - saúde mental;
- IV - gastroenterologia;
- V - pneumologia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 874/11

Reconheça a cidade de Pitanga
como Marco Geodésico Histórico do
Paraná.

Art. 1º Fica reconhecida como "Cidade Histórica" a
cidade de Pitanga por ser historicamente o "Centro Geodésico do
Paraná".

Art. 2º Fica a cidade de Pitanga incluída no Calendário
Oficial de Eventos do Estado do Paraná, como Centro Geodésico
Histórico do Estado.

Art. 3º Torna o dia 28 do mês de janeiro de cada ano, já
tradicionalmente celebrado, como a data oficial comemorativa da
emancipação da cidade de Pitanga.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº 685/2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 AGO, 2011

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
Associação de Judô Miyaji.

Art. 1º. - Fica declarada de Utilidade Pública a
Associação de Judô Miyaji - AJM, com sede e foro no município de Nova
Esperança – Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2011.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Judô Miyaji é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e órgão de representação de seus associados, com objetivos culturais, esportivos, sociais e de classe, com sede e foro no Município de Nova Esperança, na Avenida 14 de Dezembro, 186 - Centro - Estado do Paraná, fundada em 23 de janeiro de 2010.

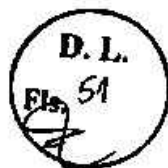
Tem por finalidade precípua promover a consagração dos componentes do seu quadro social; incentivar, organizar e patrocinar reuniões esportivas, artísticas, culturais e sociais; promover e estimular o desenvolvimento e a prática do Judô na cidade de Nova Esperança dentre outras.

Pelo trabalho que a entidade já vem prestando à comunidade de Nova Esperança no incentivo ao esporte e à cultura, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os Nobres Colegas Parlamentares, agradeço o apoio.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 685/2011

Projeto de Lei nº. 685/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Accorsi

Súmula: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ MIYAJI - AJM, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA - ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo Declarar de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ MIYAJI - AJM**, com sede e foro no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
FIS. 52

A entidade deixou de juntar a Certidão do Tribunal de Contas, contudo, tal fato não é óbice para a normal tramitação do presente projeto de lei, tendo em vista que a entidade nunca recebeu nenhum tipo de Repasse Municipal, Estadual ou Federal, sendo dispensado o Cadastro da Entidade no Tribunal de Contas.


Diante do exposto, restam preenchidos os requisitos exigidos pela Lei Estadual 16.888/2011.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

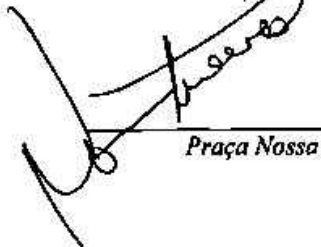
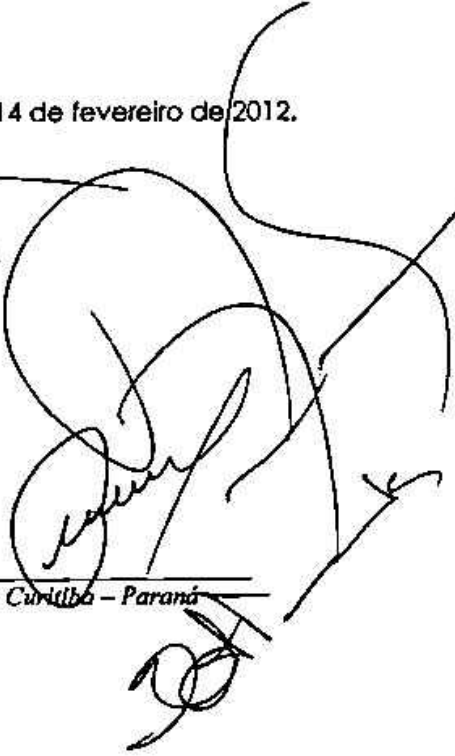
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DELFINO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



OF/CTL/CC, nº 5644/2011

Curitiba, 30 de dezembro de 2011

PROPOSIÇÃO VETO Nº 008/12.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 FEV. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 30 DEZ 2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 314/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 952/2011, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O projeto de Lei tem por escopo instituir o programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual da Cultura – FEC, bem como adota outras providências.

Os parágrafos 2º e 3º do inciso II do artigo 7º dispõe, respectivamente:

“§ 2º Poderá o Poder Executivo conceder, a título de prêmio, aos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que transferiram imposto de renda, conforme os mecanismos previstos nas Leis Federais nº 8.685/1993 e nº 8.313/1991, para projetos culturais de interesse do Paraná e aprovados pelo CPROFICE, isenção de até 5% do valor do imposto de renda transferido ao projeto, em ICMS, nos termos da Lei que regulamenta.

§ 3º O Poder Executivo deverá regulamentar a forma de concessão do incentivo fiscal tratado no § 2º, mediante a prévia aprovação do Conselho Estadual de Cultura.”

Assim sendo, da simples leitura do parágrafo 2º, nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe fere o disposto na cláusula 1ª, §2º do Convênio do ICMS nº. 27/06, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que estabelece limites de destinação de parte do valor do ICMS a ser pago pelo contribuinte da Receita Estadual para o patrocínio de Projetos Culturais.

Ainda, cumpre ressaltar que a Procuradoria Geral do Estado, através da informação 400/2011 – AT/GAB/PGE, manifestou-se no mesmo sentido.

Desta forma, diante da afronta dos dispositivos suso citados, veto os parágrafos 2º e 3º do inciso II do artigo 7º do Projeto de Lei 952/11.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



Lei nº. 17043



Data 30 de dezembro de 2011

Súmula Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura – FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

- I – facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;
- II – incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;
- III – estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;
- IV – garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;
- V – propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual;
- VI – fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;
- VII – promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
- VIII – valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que

constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3º Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I – às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

II – às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III – às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1º Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2º Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.

§ 3º Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

§ 4º As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5º Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6º Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7º É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4º Para efeito desta Lei considera-se:

I – Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

II – Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III – Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV – Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5º O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6º Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;
- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

Art. 7º O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:



I - Fundo Estadual de Cultura - FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

II - recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente.

§ 1º O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

§ 2º ...Vetado...

§ 3º ...Vetado...

Art. 8º Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2º O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9º A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

§ 1º A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2º Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3º A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

I – presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II – 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III – 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV – 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos

agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná - Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do

PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2011.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 62

me.

Projeto de Lei nº 952/11

(Autoria do Poder Executivo)

Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura - FEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura - FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;

II - incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;

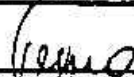
III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;

IV - garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;

V - propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual;

VI - fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 63

lv

Projeto de Lei nº 952/11

fls.2.

VII – promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;

VIII – valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3º Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I – às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

II – às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III – às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1º Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2º Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.

§ 3º Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

CONFERE COM O ORIGINAL

(Assinatura)
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná^{D. L.}

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 64

jur.

Projeto de Lei nº 952/11

fla.3.

§ 4º As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5º Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6º Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7º É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4º Para efeito desta Lei considera-se:

I – Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná^{D. L.}

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 65
suu

Projeto de Lei nº 952/11

fls.4.

II – Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III – Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV – Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5º O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6º Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera
- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares.
- j) teatro.

CONFERE COM O ORIGINAL

Quis

PRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLÊNARIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 66

me.

Projeto de Lei nº 952/11

fls.5.

Art. 7º O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

I – Fundo Estadual de Cultura – FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;

c) transferências da União;

d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

e) doações e legados;

f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;

h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;

i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;

j) saldos de exercícios anteriores; e

k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinatura]

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA AO LEGISLATIVO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 67
mm

Projeto de Lei nº 952/11

fls.6.

II – recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente;

§ 1º O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

§ 2º Poderá o Poder Executivo conceder, a título de prêmio, aos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que transferirem imposto de renda, conforme os mecanismos previstos nas Leis Federais nº 8.685/1993 e nº 8.313/1991, para projetos culturais de interesse do Paraná e aprovados pelo CPROFICE, isenção de até 5% do valor do imposto de renda transferido ao projeto, em ICMS, nos termos da Lei que regulamentar.

§ 3º O Poder Executivo deverá regulamentar a forma de concessão do incentivo fiscal tratado no § 2º, mediante a prévia aprovação do Conselho Estadual de Cultura.

Art. 8º Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2º O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9º A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA LEGAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 68

Projeto de Lei nº 952/11

fls. 7.

§ 1º A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2º Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3º A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

I – presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II – 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III – 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV – 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 69

Projeto de Lei nº 952/11

fls.8.

§ 2º Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

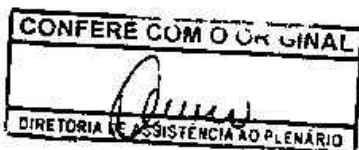
Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

F. 70

Ass.

Projeto de Lei nº 952/11

Fls. 9.

Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário.

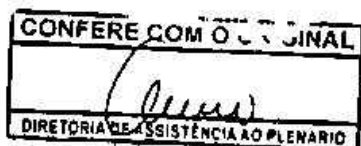
Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário

RCP/GCS/TSC/SMOM





JUSTIFICATIVA

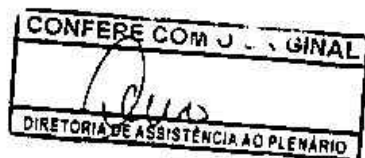
Em virtude da não aplicabilidade e efetividade das Leis nº 13.133, de 16 de abril de 2001, que propunha a criação do Programa Estadual de Incentivo à Cultura e a Lei nº 13.165, de 05 de junho de 2001, que previa alterações no Fundo Estadual de Cultura, torna-se necessário a construção de um novo instrumento para fomentar e incentivar a cultura no Estado do Paraná.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, atendendo a essa demanda, constitui-se como o principal mecanismo de financiamento à produção, circulação de bens culturais e artísticos e para a preservação do patrimônio cultural, tendo como finalidade promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura e do Incentivo Fiscal em projetos culturais.

Os objetivos fundamentais do PROFICE consistem em facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais, assim como garantir a preservação e recuperação do patrimônio cultural. O programa pretende, ainda, estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões, fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura, propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais e valorizar e difundir as manifestações artístico-culturais paranaenses.

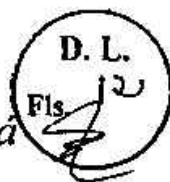
Além disso, visando à transparência no processo de construção do Projeto de Lei que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura realizou 15 (quinze) audiências públicas: duas na capital e treze no interior do Estado, criando uma instância de debate, em que a sociedade civil pode manifestar considerações a respeito da proposta de Lei PROFICE.

Deste modo, espera-se que, com a criação deste pilar no Sistema Estadual de Cultura, inicie-se a construção de um arcabouço institucional e legal dos mecanismos de apoio à execução da política cultural, cumprindo as metas de Governo estabelecidas para a área da Cultura.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 008/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 008/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5644/11

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 952/2011, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

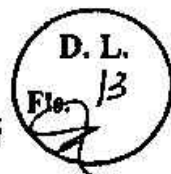
O projeto de lei nº 952/11, de autoria do Poder Executivo que, institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC, e adota outras providências, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas contrárias ao Interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

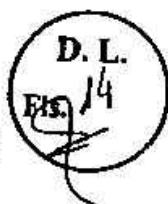
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 952/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 008/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 30 de dezembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR